

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE MORADORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DAS SETE PASSAGENS NA BAHIA

Janete Belitardo Coutinho¹

Rômulo Magno Oliveira de Freitas²

Delfran Batista dos Santos³

Resumo: Investigar percepção ambiental é instrumento para construção de gestões ambientalmente eficientes. Esta pesquisa objetivou verificar as percepções ambientais de moradores de comunidades rurais inseridas na zona de amortecimento do Parque Estadual das Sete Passagens. Foram realizadas 87 entrevistas semiestruturadas com representantes familiares maiores de 18 anos, com prévia autorização, escolhidos de maneira aleatória, através de amostragem probabilística com grau de confiança de 95%. Foram diagnosticadas a não execução de estratégias de aproximação comunidade x parque, já traçadas no plano de manejo, necessidade da Educação Ambiental e execução dos objetivos e estratégias já prescritas no plano de manejo.

Palavras-chave: Comunidades Rurais; Plano de Manejo; Educação Ambiental.

Abstract: Investigating environmental perception is an instrument for building environmentally efficient management. This research aimed to verify the environmental perceptions of residents of rural communities inserted in the buffer zone of Parque Estadual das Sete Passagens. 87 semi-structured interviews were carried out with family representatives over 18 years of age, with prior authorization, chosen at random, through probabilistic sampling with a confidence level of 95%. They were diagnosed with the non-execution of community x park approximation strategies, already outlined in the management plan, need for Environmental Education and execution of the objectives and strategies already prescribed in the management plan.

Keywords: Rural Communities; Management Plan; Environmental Education.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFBAIANO. E-mail: jjbelitardo@hotmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5725111423282656>

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: romulo.freitas@ifrn.edu.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4394280228144395>

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBAIANO. E-mail: delfran.batista@ifbaiano.edu.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5305388524205895>

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:22-41, 2023.

Introdução

A sociedade capitalista apropria-se da natureza de modo extremamente ávido, onde o consumo, o acúmulo de capital e o descarte ocorrem de maneira tão veloz que o sistema natural não é capaz de suportar esses impactos negativos (FARIAS *et al.*, 2020). Esse estilo de vida e modo de apropriação da natureza tem trazido diversos problemas e catástrofes ambientais, como alterações da temperatura, enchentes, secas prolongadas, erosão, surgimento de agentes, pragas e doenças (SANTOS *et al.*, 2020).

Diante dessa realidade, o ser humano também vem investindo alternativas de conservação da natureza. A criação de Unidades de Conservação – UC tem sido uma das mais eficientes estratégias de proteção à biodiversidade em todo o planeta (ALVES; BRITO, 2021). No Brasil, essa prática tem sido guiada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), que estabelece as estratégias para a criação dessas áreas, como deve ser implantado e gerido, o que deve ser considerado, e ainda suas categorias.

A criação de Unidades de Conservação é uma estratégia governamental, algumas vezes impulsionada por movimentos populares de proteção de áreas com intuito de manutenção dos recursos naturais e preservação dos ecossistemas para as presentes e futuras gerações. O bioma Caatinga, atualmente, apresenta 166 Unidades de Conservação, que resguarda uma área de 63.677 km², correspondendo a 7,7% do domínio, sendo que 15,6% dessa área protegida pertence à categoria de Proteção Integral (PI) e 84,4% a de Uso Sustentável (US) (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

As Unidades de Conservação de Proteção integral possuem como objetivo a preservação da natureza, sendo permitido somente o uso indireto de seus recursos naturais, exceto nos casos previstos em lei, enquanto as unidades de uso sustentável objetivam consorciar a preservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Dentre as unidades de Conservação encontradas no Bioma caatinga, na Bahia está a Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual das Sete Passagens - PESP, que é uma área que abriga potencial hídrico de grande importância local, por estar situado no semiárido (INEMA, 2022).

No Parque e em seu entorno existem inúmeras nascentes que suprem riachos, que por sua vez contribuem para alimentar o Rio Itapicuru-mirim, afluente importante da Bacia do Rio Itapicuru, além de funcionar como uma principal fonte hídrica para grande parte das comunidades que o circundam. Esse foi o fator impulsionador para que o processo de criação dessa unidade de conservação no semiárido baiano fosse escrita de maneira diferenciada. O PESP é beneficiado de excepcionais belezas naturais, além de rica flora e fauna, e foi criado com intenção de preservação das riquezas naturais, do solo, da água e de outros recursos naturais, especialmente os recursos hídricos das

áreas das Serras do Campo Limpo, da Sapucaia, e da Jaqueira localizadas no semiárido (INEMA, 2022).

A finalidade o processo de formação dessa unidade de conservação teve início com a organização de pessoas das comunidades do entorno da área, por meio da criação da Associação Protetores da Serra, com intenção de sensibilizar o poder público para importância de criar uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, assim como, fomentar a Educação Ambiental no território (UFBA, 2008). A associação preocupava-se principalmente com a qualidade e quantidade dos recursos hídricos, fundamentais para as comunidades já que, a maioria delas, se abastece utilizando pequenas barragens que ficam hoje na divisa do Parque.

Destaca-se que nessas serras, antes da criação da unidade de conservação, moradores do entorno desenvolviam atividades com potenciais impactos negativos sobre a serra, o Plano de manejo traz:

(...)foram registrados vários conflitos com três categorias sociais que utilizavam mais intensamente o que é hoje a área do Parque: os garimpeiros, que usavam a serra para o garimpo de ouro; os pecuaristas que desmatavam e utilizavam os campos rupestres para pastoreio do gado na época da seca e os caçadores, membros da comunidade local, que caçavam por lazer ou para complemento alimentar ou de renda, através da comercialização (UFBA, 2008, p.84).

Essa situação, na época, causou resistência na criação da área de preservação, por parte desses moradores. *“A maior resistência foi dos proprietários rurais (pequenos e médios) que criavam animais nos campos do alto da serra. Estes saíram da área apenas por força da lei”* (UFBA, 2008).

Hoje, mesmo ainda existindo uma parcela de proprietários rurais resistentes a UC, os moradores das comunidades conseguem perceber os benefícios de sua existência pois são diretamente beneficiadas pela preservação dessas serras, seja pela manutenção/conservação das nascentes que abriga, ou seja, pela preservação de uma área que possui diversas peculiaridades, riquezas naturais, em um bioma exclusivamente brasileiro e ainda, pouco preservado, para as presentes e futuras gerações.

A ligação das comunidades inseridas na zona de amortecimento com relação ao PESP não se restringe apenas ao uso, processo de criação e a preservação de atributos físicos dessa área. Após a criação da unidade, o processo de escolha dos funcionários (guardas-parque), inicialmente, se deu através de eleição nas associações comunitárias de comunidades do entorno, expressando desta maneira um olhar, de parte da população local, voltado para preservação da área, e criando assim um vínculo direto com famílias das comunidades, algumas, inclusive, que antes desenvolviam atividades predatórias nessa área (UFBA, 2008). Dessa forma as ações desenvolvidas

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:22-41, 2023.

pelos indivíduos supracitados promovem olhares que aproximam a comunidade da UC, contribuindo para que estes percebam o ambiente e respondam de forma diferenciada (CAMARA *et. al.*, 2019).

Essas novas vivências com o espaço de preservação podem trazer novas percepções dos espaços vividos, inclusive percebendo novas funcionalidades para o mesmo. Todos os seres humanos compartilham de percepções comuns, mundo comum, em decorrência de possuírem órgãos similares que os conduzam ao mesmo entendimento (TUAN, 1980). Para além da capacidade de perceber através dos órgãos dos sentidos, os seres humanos percebem os objetos, lugares, situações, a partir de seus interesses, os quais são despertados no decorrer de sua vida diante de suas verdades, de sua história, sua ética, sua identidade, de sua relação com o lugar.

A investigação referente às percepções dos indivíduos em comunidades rurais possibilita que eles participem de um processo de construção de conhecimento, essa se torna premissa para o desenvolvimento da Educação Ambiental – EA em todas as suas dimensões, eficiente dispositivo capaz de sensibilizar os indivíduos, podendo despertar novas concepções no que se refere a conservação dos ecossistemas e vivência harmoniosa com o mesmo. Desta maneira, este trabalho investigou as percepções dos moradores das comunidades de Água Branca, Bagres e Murici, inseridas na zona de amortecimento do Parque Estadual das Sete Passagens, com intenção de estabelecer o perfil socioambiental dos moradores, suas percepções, possibilitando criar estratégias de convivência nesses espaços de modo sustentável, com ênfase na Educação Ambiental.

Caracterização da Área de Estudo

O estudo foi realizado em três comunidades inseridas na zona de amortecimento do Parque Estadual das Sete Passagens (11° 19' 2" sul, 40° 30' 49" oeste), Água Branca (11°23'8"Sul, 40°35'30"Oeste), Bagres (11°20'15"Sul, 40°36'4"Oeste) e Murici (11°22'43"Sul, 40°33'55"Oeste), no município de Miguel Calmon-BA– Brasil.

O município está localizado no território Piemonte da Chapada Diamantina, região semiárida baiana (Figura 1). Essa região está integrada às bacias hidrográficas dos rios Jacuípe e Itapicuru, onde está localizado uma Unidade de Conservação de Proteção integral estadual, o Parque Estadual das Sete Passagens, com área estimada em 2821 há (o parque se localiza entre os municípios de Miguel Calmon, 91,5% da área, e Jacobina, 8,5% da área total), criado através do Decreto Estadual nº 7.808 de 24 de maio de 2000 (BAHIA, 2000).

A gênese geológica do município de Miguel Calmon, destaca-se pela presença de litótipos do grupo Chapada Diamantina, relativos as formações Bebedouro e Salitre, localizada na porção ocidental, destacando os complexos

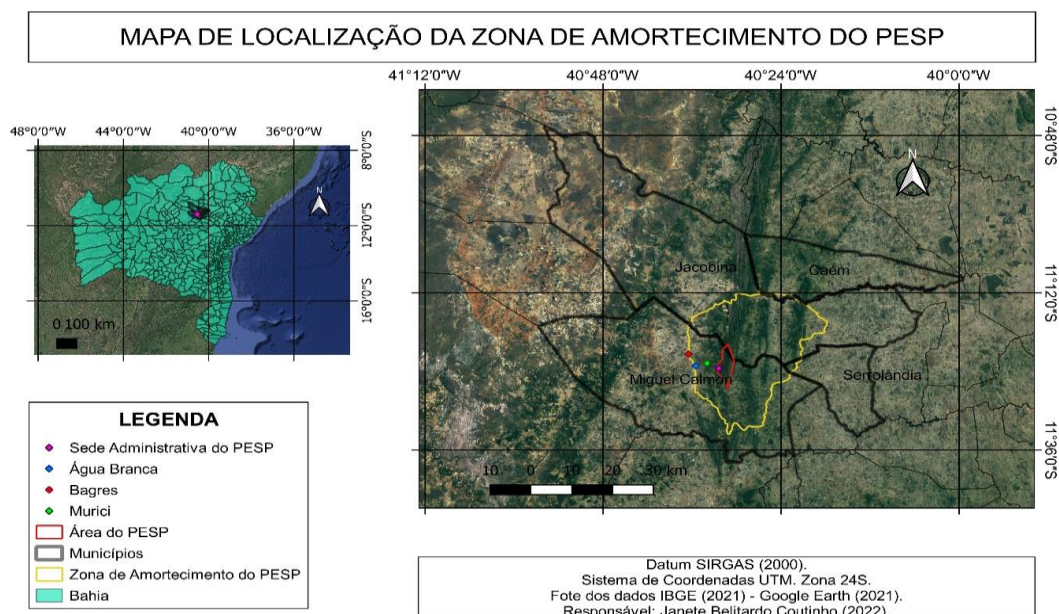
Mairi, Itapicuru e Saúde, situado na porção central, e porção oriental, respectivamente.

As Serras da Jacobina, onde está localizado o Parque, compreendem uma área de 200 Km N/S e sul, com largura entre 15-25 km L/O, e altitudes que podem alcançar os 1.300 m, destaca-se a presença de filitos, xistos e quartzitos, havendo ocorrência de minérios como manganês e ouro, (MILESI et al. 2002). Além disso, destaca-se também as coberturas do Quaternário, com ocorrências de segmentos isolados caracterizados por detrito lateríticas, constituídas por areia com níveis de argila e cascalho e crosta laterítica, além de coberturas residuais (areia argilosa e argila) (CPRM, 2005).

A vegetação deste recorte varia de floresta estacional, cerrado, campos rupestres e caatinga. O relevo serrano passa para baixadas e tabuleiros interioranos, cortados por drenagem das bacias hidrográficas Jacuípe e Itapicuru (CPRM, 2005). O clima distribuído de úmido a subúmido na área do Parque Estadual das Sete Passagens, mas com grande ocorrência do clima semiárido nas partes mais longínquas a zona de amortecimento do PESP, e solos distribuídos entre argissolo eutrófico, latossolo distrófico, latossolo ácrico e neossolo litólico distrófico (CPRM, 2005) (VALE 2005).

A zona de amortecimento estabelecida no plano de manejo, elaborado em 2008, equivale a uma área de até 10 km a partir da área do Parque, segundo a gestão da UC foi realizado um novo estudo com técnicos do INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para uma nova delimitação, levando em consideração primordialmente cobertura vegetal natural expandindo-a, conforme disponibilizada na Figura 1.

Figura 1: Mapa Zona de Amortecimento Parque Estadual das Sete Passagens - Miguel Calmon – BA.



As comunidades estudadas estão inseridas numa mesma região da zona de amortecimento, a oeste do Parque Estadual das Sete Passagens, sendo diretamente dependentes dos recursos hídricos oriundos da unidade, tanto para uso humano quanto para a produção econômica das famílias, seja agricultura ou pecuária, possuindo assim, uma ligação direta com essa área de preservação.

Procedimentos Metodológicos

Os dados obtidos foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, norteado pela pesquisa-ação, tendo o pesquisador como norteador do processo de investigação, possibilitando a descrição de fenômenos sociais como também a compreensão e explicação de sua totalidade, e ainda, tendo o pesquisador confiante e atuante no processo de investigação (TRIVINOS, 1987).

A seleção de entrevistados se deu através do modo probabilístico do tipo aleatória simples (PRODANOV; FREITAS, 2013), com representantes familiares residentes nas comunidades, maiores de 18 anos. As entrevistas foram realizadas com 87 representantes familiares nas três comunidades, estabelecendo um grau de confiança de 95%.

As entrevistas aconteceram de modo individual, por meio de visita às comunidades, respeitando as normas de distanciamento sugeridas pelas agências de saúde, assim como, prévia autorização da comunidade, em visita às residências, de modo a não induzir as respostas, nem constranger os entrevistados, entre os meses de novembro e dezembro de 2021 e janeiro de 2022. A autorização para levantamento de dados com os moradores se deu através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando todos os princípios éticos, e somente depois de aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal da Bahia - IFBA, tendo sido aprovado sob o parecer 4.906.244 de 14 de agosto de 2021.

Considerando que a comunidade Murici (com 38 sendo número total de famílias) foi totalmente inserida nesse estudo, enquanto as comunidades de Água Branca e Bagres foram parcialmente inseridas neste recorte, considerando a porção das comunidades mais próxima a UC (5 KM). Tendo o rio Canabrava como ponto de referência a delimitação nas duas comunidades, foram entrevistadas 33 representantes familiares em Água Branca, 24 em Bagres, 30 em Murici.

Foi realizado um diagnóstico do perfil social dos entrevistados, além de questões sobre impactos ambientais, unidade de conservação e zona de amortecimento, atuação de órgão ambiental, poder público e associação comunitária. A maior parte das questões da entrevista era aberta, possibilitando ao entrevistado uma maior liberdade de expressar suas impressões, além de possibilitar o diagnóstico de outras questões que não tenham sido pré-estabelecidas.

Os dados quantitativos obtidos foram tabulados com auxílio do programa Microsoft Excel® e os dados qualitativos através da técnica da análise de conteúdo. A partir dos dados obtidos foi possível realizar uma análise dos objetivos e estratégias, previamente estabelecidos no plano de manejo da UC, se são aplicados para aproximação das comunidades inseridas na zona de amortecimento.

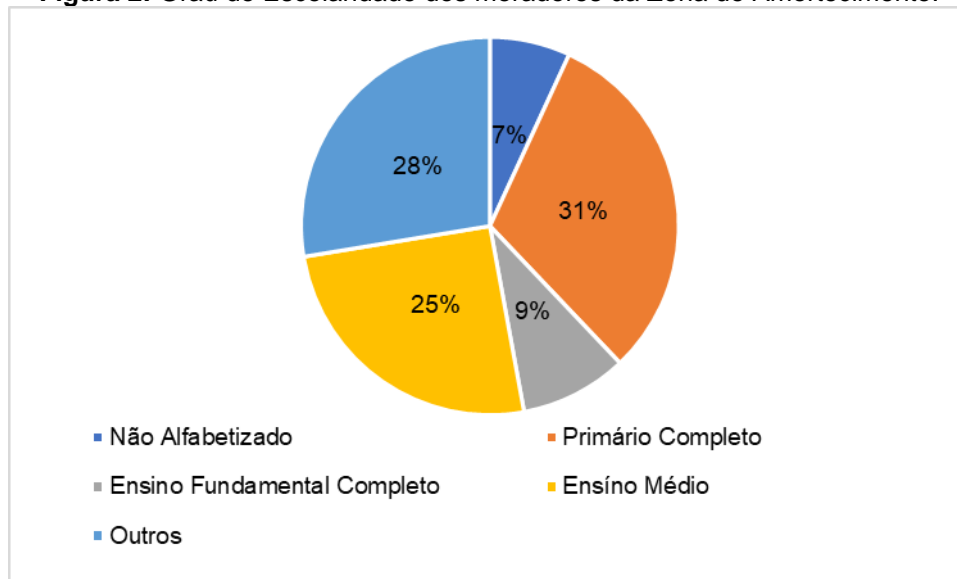
Resultados e Discussão

Foi realizado levantamento das percepções dos moradores de áreas no entorno das unidades de conservação, levando em consideração que estas áreas têm papel fundamental para a preservação dos ecossistemas, fauna, flora, meio físico, neste caso, os moradores das comunidades rurais estudadas devem ter cuidados ambientais a fim de minimizar os impactos negativos sobre o PESP. Ponderando o papel da zona de amortecimento, dado que esta funciona como filtro para as agressões externas a UC (ALVES E BRITO, 2021).

Para que as práticas cotidianas desenvolvidas pelas comunidades, a fim de minimizar os impactos negativos sobre o meio, sejam eficientes, se faz importante que os moradores das comunidades se identifiquem como parte desse território, entendendo o significado da UC para si. As relações estabelecidas entre os indivíduos e os territórios que ocupam estão diretamente ligadas a natureza e a história construída entre os seus e esse território dando-lhes um significado (YOSHIDA; PENNA, 2021). Portanto se os moradores das comunidades estudadas compreendem o significado e importância do PESP a partir das dimensões ecológica, social, ética, cultural, espacial e política, podem colaborar com práticas que conectem esses espaços, esses indivíduos passam a ser protagonistas da proteção e defesa do mesmo.

Neste contexto, foram analisadas as percepções dos moradores acerca de sua visão enquanto parte do território PESP. De acordo com os dados obtidos, 6,9% dos entrevistados não são alfabetizados, 31% possuem primário completo, 9,2% fundamental completo, 25,3% ensino médio completo e 27,6% não se encaixam nas alternativas acima (refere-se a indivíduos com nível superior ou técnico) (Figura 2). A análise dos índices de escolaridade dos moradores se faz importante, pois estes auxiliam o entendimento de que o nível de escolaridade pode influenciar na percepção que estes possuem sobre a UC (COSTA e SILVEIRA JÚNIOR, 2021).

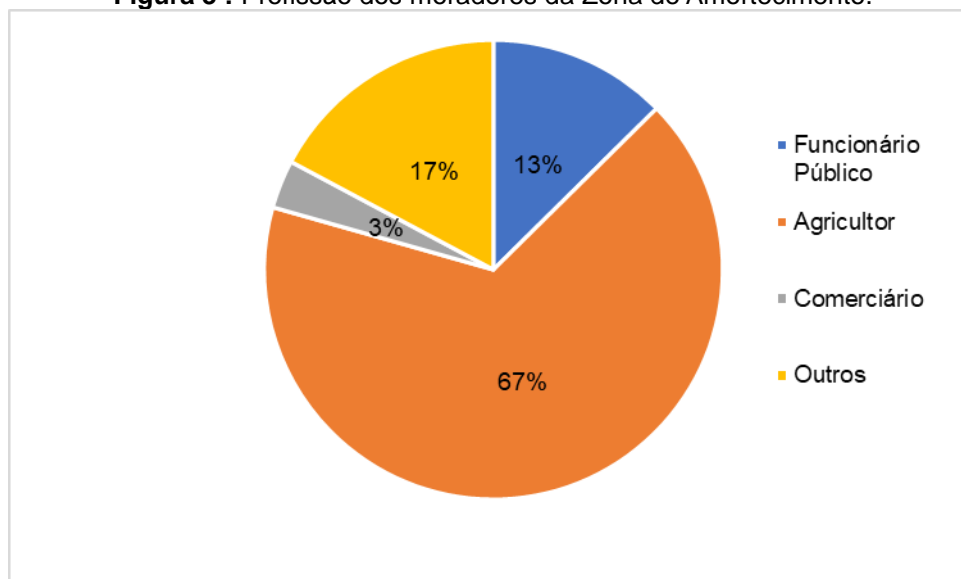
Figura 2: Grau de Escolaridade dos moradores da Zona de Amortecimento.



Fonte: Janete Belitardo Coutinho, 2022.

A agricultura constitui-se como a principal ocupação dos representantes familiares entrevistados (66,7%), os demais se dividem como funcionários públicos (12,6%), comerciantes (3,4%), 17,2% se subdividem entre outras atividades (Figura 3), esses dados contribuem para o entendimento das ações desenvolvidas nessa área, já que, suas ações cotidianas refletem no modo de uso e apropriação da natureza.

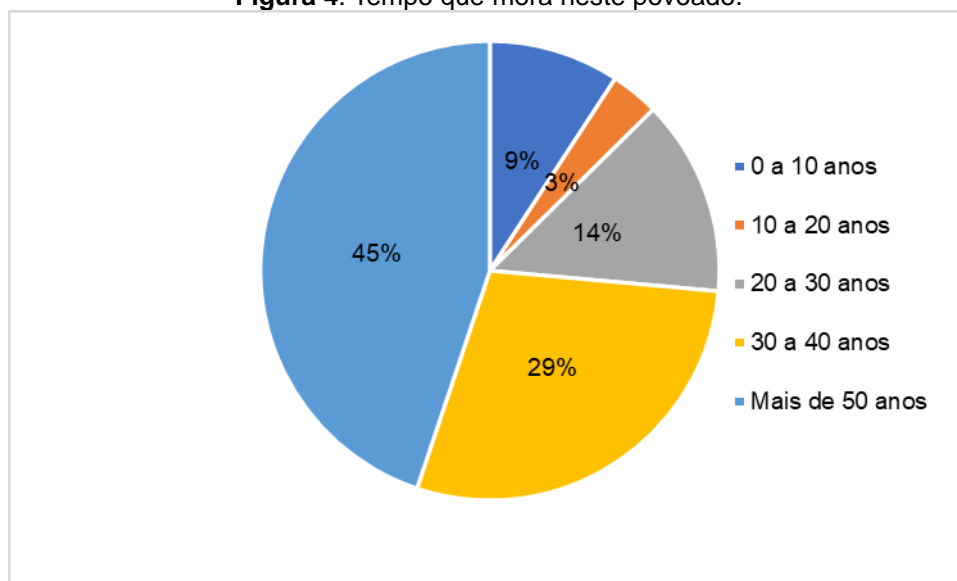
Figura 3 : Profissão dos moradores da Zona de Amortecimento.



Fonte: Janete Belitardo Coutinho, 2022.

Quando perguntados sobre o tempo de residência no povoado é possível identificar que o maior percentual da população ali está desde o seu nascimento já que suas idades coincidem com o tempo de moradia, sendo representados por 44,8% que estão ali a mais de 50 anos, 28,7% entre 30 e 40 anos, 13,8% entre 20 e 30 anos e 12,6% até 20 anos (Figura 4), essa análise torna-se eficiente no entendimento das percepções, pois, o tempo de moradia estabelece um grau de afetividade, de identidade com o lugar, e desta forma os indivíduos se tornam mais críticos com as condições em que o lugar se encontra (XAVIER *et. al.*, 2018).

Figura 4: Tempo que mora neste povoado.



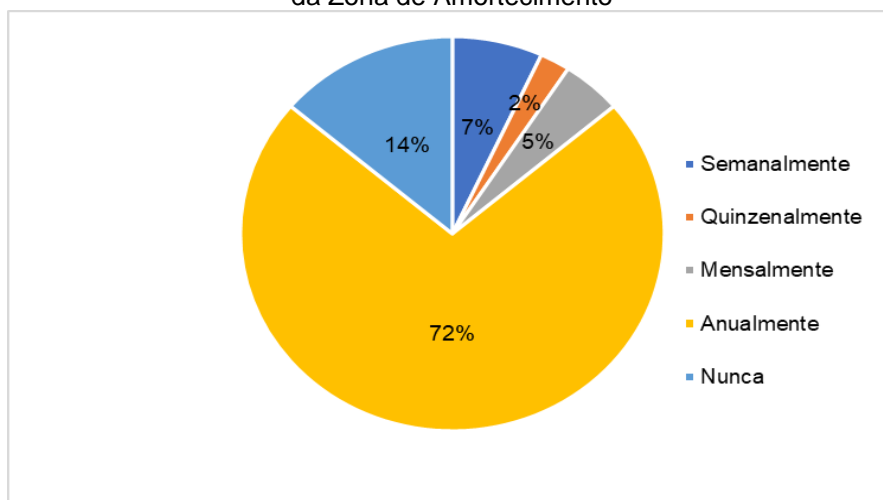
Fonte: Janete Belitardo Coutinho, 2022.

A percepção dos indivíduos é fruto do que é sentido somado a tudo aquilo que é vivenciado no decorrer de suas vidas, dentre os resultados destas vivências estão as diferenciações nas atitudes com o meio ambiente (SANTOS, 2020). Os representantes familiares entrevistados afirmam, em sua totalidade, saber da existência da Unidade de Conservação PESP.

O percentual não condiz com o percentual de visitação do PESP, verificado na Figura 5, pelos moradores, quando perguntados se frequentavam essa área, 72,4% responderam que já haviam visitado algumas vezes, e foram enquadrados no percentual de uma vez ao ano, 6,9% afirmaram frequentar semanalmente e 2,3% quinzenalmente, no entanto, esses foram identificados pelo pesquisador como pessoas que trabalham na área de forma direta ou indireta, 13,8% afirmaram nunca ter visitado o parque. Alguns moradores disseram ter conhecido e frequentado a área antes da criação da Unidade de Conservação, demonstrando a necessidade de estratégias para aproximação dos mesmos, pois, estes são antigos usuários das serras, categorizados nos grupos de conflitos na época de criação da UC.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:22-41, 2023.

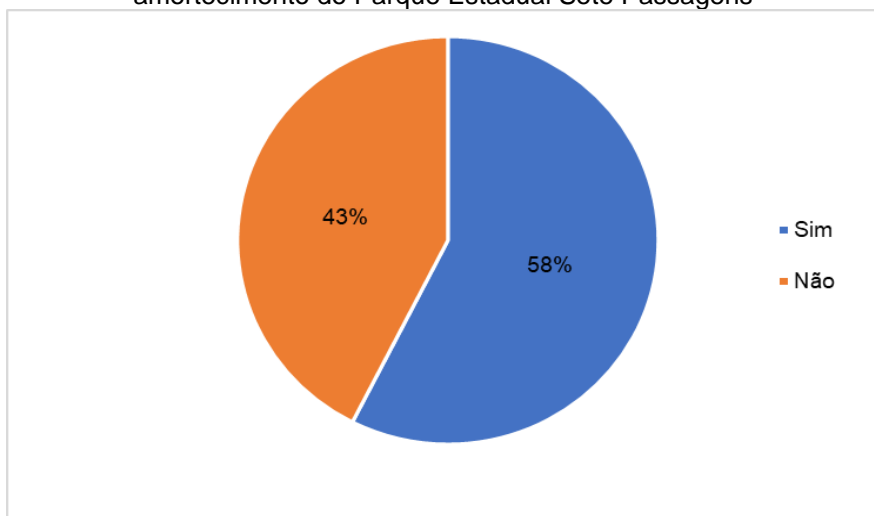
Figura 5: Frequência de visitação ao Parque Estadual das Sete Passagens pelos moradores da Zona de Amortecimento



Fonte: Janete Belitardo Coutinho, 2022.

Mesmo tendo conhecimento da existência da unidade de conservação nem todos sabem que sua comunidade está inserida na zona de amortecimento do mesmo (Figura 6), dos 57,5% que responderam sim para esta pergunta, quando entrevistados, parte deles não respondia com confiança, e sugeria que pela proximidade deveria estar. Esses dados trazem informações referentes a necessidade de maior aproximação e conhecimento das comunidades sobre o PESP através da Educação Ambiental formal ou não formal, pois o reconhecimento das percepções ambientais é uma maneira de conhecer as relações estabelecidas entre indivíduos e meio e desta forma pensar estratégias mais sustentáveis para o desenvolvimento das atividades humanas, reduzindo impactos ambientais e contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (ZANINI *et. al.*, 2021).

Figura 6: Entendimento do moradores sobre a inserção da comunidade na zona de amortecimento do Parque Estadual Sete Passagens



Fonte: Janete Belitardo Coutinho, 2022.

Quando perguntados sobre o entendimento do que seria a zona de amortecimento, 78,1% afirmaram não saber do que se tratava, os demais trouxeram percepções semelhantes acerca dela, considerando a preservação. Falas de entrevistados podem ser verificadas a seguir.

“Serve para evitar o desmatamento, queimada, entre outras coisas, para evitar impacto no parque”.

“A unidade de conservação é como se fosse um feto e a zona de amortecimento como se fosse o útero, é para proteger de todos os impactos negativos, que não devem passar da zona de amortecimento e adentrar o parque”.

“Todo o redor do parque, as comunidades ao redor”.

É importante destacar que, o percentual de indivíduos (21,9%) que posicionam-se afirmando o conhecimento acerca da sua comunidade está situada dentro da Zona de Amortecimento - ZA do PESP, assim como, identificam o que representa a ZA, é um percentual ínfimo. Estes números evidenciam a fragilidade a cerca desse conhecimento e sua totalidade, sendo, portanto, um dado relevante para entidades ambientais que deveriam realizar ações nas comunidades que possibilitem o reconhecimento e importância da zona de amortecimento para o PESP. A comunicação ativa e constante se faz importante, dentro das UCs ou em suas zonas de amortecimento, pois, quando não há essa comunicação as consequências são impactos negativos nas atividades de sensibilização através da Educação Ambiental - EA (NHAGA, 2021).

As Unidades de Conservação são espaços propícios a educação de modo potencial quando permitem o diálogo entre visitantes e comunidades do entorno a partir de um processo de Educação Ambiental (CAMPELO JUNIOR *et. al.*, 2020). Neste contexto, os entrevistados foram perguntados sobre a existência de ações sociais e ambientais, realizadas pela gestão do parque, nas comunidades, 35,63% responderam não ter conhecimento sobre essas ações, e 24,13% afirmaram que não são realizadas ações neste sentido nas comunidades tendo como promotor instituições gestoras da unidade de conservação. Os demais entrevistados, 40,24%, trouxeram informações sobre algumas ações que já haviam sido realizadas de forma pontual além da fiscalização de crimes ambientais que podem ser observadas a seguir.

“Preservação dos animais, devolvendo eles ao seu habitat natural, combate focos de incêndios quando acontece, fiscaliza o desmatamento”.

“Fiscalização com relação a caça e desmatamento”.

“Orienta a preservação, fiscaliza”.

“Andam aqui fiscalizando, já fizeram uma coleta de lixo uma vez, tem muito tempo”.

“Quando precisa participam da reunião da associação para orientar quando pode fazer uma coisa ou não”.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:22-41, 2023.

Ademais, as ações citadas pelos moradores não contemplam grande parte do recomendado pelo Plano de Manejo - PM do PESP, este, expõe a necessidade de realizar ações educativas para as comunidades existentes na zona de amortecimento, com programas de incentivos relacionados à visitação do parque, recupera o ambiental, cria o de RPPN – Reserva Particular do Patrim nio Natural, incentivo ao cultivo agroecológico. Segundo o plano, ainda deveriam ser implantadas Programas de capacita o que disponibilizassem alternativas de convivência harm nica das comunidades com a conserva o ambiental (UFBA, 2008).

Diante das percepções dos entrevistados   possível perceber que podem ter acontecido dificuldades de implementa o das sugestões do plano pelas institui es competentes, principalmente no que se refere a Educa o Ambiental, sensibiliza o, mas pode se inferir um grande investimento em fiscaliza o, corre o. A falta de recursos financeiros e pessoal, muitas vezes, dificultam implementa o dos PM nas UCs no país (BARROS; LEUZINGER, 2018). Perante essa análise   importante se atentar para os investimentos que são arrecadados e direcionados para a segmenta o de Gestão Ambiental no Estado.

Em relatório disponibilizado pela Secretaria da Fazenda, no estado, foi autorizado crédito para aplica o na Gestão Ambiental, no valor de R\$ 6.256.910, do qual foi empenhado o valor de R\$ 2.648.524, sendo aplicado somente 42,33%, do recurso total destinado a esta finalidade, Gestão Ambiental (Bahia, 2021). Considerando o ano de 2015, um ano após a aprova o do plano de manejo, para execu o, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, há autoriza o de crédito R\$ 49.328.760,00, do qual foi empenhado R\$ 28.648.611,00, com aplica o de somente 58,1% dos recursos previstos para aplica o em gestão ambiental (BAHIA, 2016).

  constatada nesta pesquisa, que a implementa o dos planos de manejos,   uma etapa de fundamental importância para a manuten o dos espaços ambientais públicos, contribuindo assim, para que os indivíduos que estejam inseridos nesses territórios compreendam a UC e se reconheçam como parte dela, e ainda, entendam de que forma podem contribuir e serem beneficiados com a mesma, e ainda assimilem a importância da preserva o e manuten o dos biomas. Entretanto, faz-se necessário ressaltar, que, a destina o financeira, nem sempre   suficiente para alcançar determinado objetivo (cria o/execu o de plano de manejo), especificamente no caso do PESP, o diagnóstico nas comunidades permitiu inferir que os programas estabelecidos como estratégias no processo de implementa o do PM não foram colocados em prática nas comunidades, contudo, faz-se saber nos relatórios supracitados, que os valores destinados a Gestão Ambiental, não são utilizados em sua totalidade, cabendo um melhor planejamento e execu o.

O processo de diagnóstico   uma etapa fundamental para o planejamento, portanto, verificar as percepções dos indivíduos contribui para identificar ações positivas para a gestão, como por exemplo, a proximidade na

construção de um relacionamento contínuo, transparência e realização de atividades de divulgação ressaltando a importância desses espaços, assim, o apoio para as gestões eficientes poderá ser expandido (BENNETT *et. al.*, 2019). Nessa perspectiva, os entrevistados, quando perguntados se as ações desenvolvidas nas comunidades cotidianamente podem interferir na conservação do PESP, 27,58% afirmaram não interferir, os demais entrevistados percebem uma relação das ações desenvolvidas nas comunidades com a preservação do Parque, conforme falas dos entrevistados a seguir.

“Sim, quando conservamos aqui vai ajudando na preservação do parque, por exemplo, se reflorestar”.

“Sim, porque tem que começar a preservação da comunidade”.

“Sim, o uso de agrotóxico, queimada, desmatamento, caça, podem influenciar negativamente, assim como, boas atitudes, cuidado com os animais, o cultivo agroecológico, reflorestamento, pode influenciar positivamente”.

“Sim, por exemplo, a diminuição das queimadas e caçadas contribuiu para preservar o parque”.

“Sim, desmatamento, principalmente as margens dos rios”.

Quando questionados se havia relação entre a criação do Parque e preservação da biodiversidade nesse território 96,55% dos entrevistados afirmaram que sim, demonstrando suas percepções.

“Depois da criação do parque a conservação dos animais e plantas aumentou”.

“Após a criação do parque vê mais espécies de animais circulando nos terrenos”.

“Rendeu mais os animais, inclusive circulando perto de casa”.

“Percebeu conservação das matas e que as pessoas não caçam mais”.

“Se ainda houvesse caça muitos animais já estariam extintos, as queimadas já teriam acabado com a flora”.

Coadunando com a concepção de que as UCs possuem papel importante na garantia de serviços ambientais e ecossistêmicos (regulação do clima, manutenção dos recursos hídricos etc.) (ASSIS *et. al.*, 2022). Os representantes familiares foram questionados se a existência do PESP contribui para conservação dos recursos hídricos e cobertura vegetal na zona de amortecimento, 13,79% acreditam que influencia somente na conservação dos recursos hídricos, e 6,9% não acreditam nessa relação, 79,31% dos entrevistados afirmaram que sim conforme pode ser verificado nas falas a seguir.

“Sim, antes as serras eram queimadas, desmatadas, hoje é preservada, isso atrai mais chuvas e mantém a umidade, a preservação

garante a manutenção do seu entorno e a vegetação contribui para preservação dos recursos hídricos”.

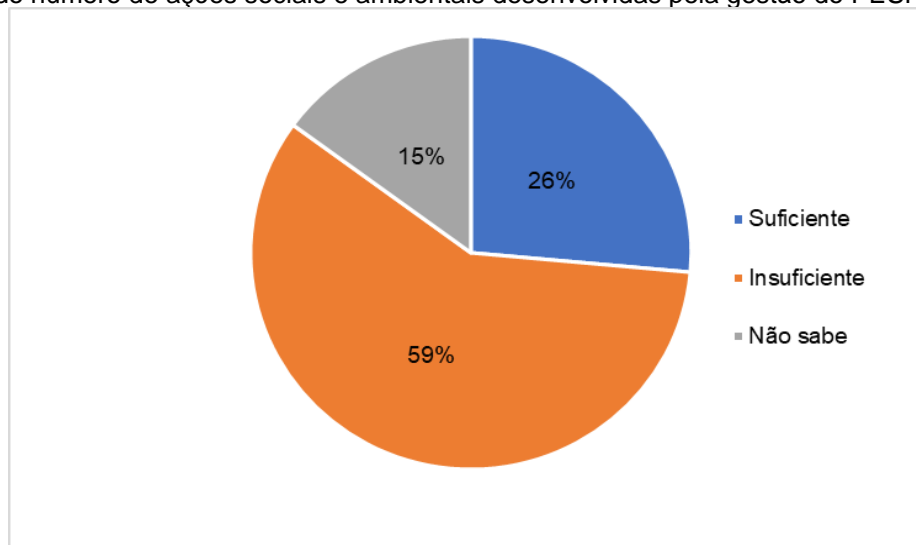
“Sim, pois graças a preservação do PESP nós temos água”.

“Sim, há uma conservação das matas nas beiras dos rios e assim conserva os rios”.

As percepções de modificação da paisagem após mais de duas décadas da criação do PESP, em sua maioria, são de recuperação de áreas, do meio biótico e principalmente a conservação dos recursos hídricos, demonstrando que as vivências com espaços naturais, em recuperação ou recuperados, contribuem com o processo de sensibilização ambiental dos indivíduos. Nas falas dos moradores, que percebem uma mudança positiva da recuperação da área da unidade de conservação, essa percepção está relacionada principalmente a conservação da água utilizada pelos moradores, a vivência com as mudanças ambientalmente positivas desperta novas percepções nos indivíduos.

A percepção dos indivíduos está ligada as experiências de vida de cada um (SANTOS, 2020). Considerando que as comunidades estão inseridas no entorno de uma unidade de conservação de proteção integral, destacando as propostas de desenvolvimento de ações propostas no plano de manejo, que visem o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental, de ações ecoeficientes nas práticas cotidianas das comunidades, os entrevistados foram questionados se as ações desenvolvidas pelos órgãos ambientais competentes, nas comunidades, eram suficientes, 58,62 % consideram as práticas efetivadas como insuficientes, 14,95% não souberam opinar e somente 26,43% se mostraram satisfeitos com essa atuação conforme pode ser verificado na Figura 7.

Figura 7: Percepção dos moradores da Zona de amortecimento sobre a suficiência do número de ações sociais e ambientais desenvolvidas pela gestão do PESP.



Fonte: Janete Belitardo Coutinho, 2022.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7: 22-41, 2023.

Nos discursos dos entrevistados, aqueles que se mostraram estar satisfeitos com as ações, citaram práticas como fiscalização, contenção de incêndios, ou de atuação somente na área do parque é o suficiente, os que se mostraram insatisfeitos sugeriram ações importantes.

“Orientar as comunidades a realizar coleta seletiva, realizar palestras de orientações, tentar criar maiores vínculos com os moradores”.

“Precisa inserir o turismo comunitário, reivindicar destinação adequada dos efluentes nas comunidades, campanha de combate ao uso de agrotóxico, incentivo à produção orgânica e orientação a preservação”.

“Deveria envolver as comunidades no turismo”.

“Poderia fazer mais palestras, trabalho de prevenção, orientação”.

Segundo o plano de manejo, dentre as práticas a serem implantadas está o “Programa de Integração Comunitária”, este programa traz como sugestão as seguintes práticas para aproximação das comunidades: a divulgação ampla do plano de manejo, confecção de cartilhas com linguagem acessível, divulgar notícias sobre o PESP, divulgar em empresas e entidades particulares potenciais as maneiras pelas quais as mesmas poderão auxiliar o Parque e elaborar cadastro das empresas que possuem relação com o Parque. Além disso no item “Subprograma de Alternativas de Desenvolvimento”, traz como recomendações o fomento a capacitação profissional com intuito de absorver mão de obra das comunidades do entorno, fomentar planos de desenvolvimento socioeconômicos, culturais e ambientais, incentivo a criação e melhoria das associações já existentes, fomentar a criação de projetos sustentáveis nas comunidades do entorno (UFBA, 2008). A implementação de políticas públicas que viabilizem a efetivação dos programas listados e sugeridos pelo PM são necessários na ZA (MEDEIROS *et. al.*, 2021).

Dentre as estratégias do PM, a EA pode ser utilizada como uma poderosa ferramenta alternativa na sensibilização de infratores, bem como de prevenção a potenciais impactos ao meio ambiente (MOREIRA E MAIA, 2020). De acordo com o Programa de Educação Ambiental da Bahia – PEA-BA, este tem como objetivo orientar e fortalecer ações, projetos e programas setoriais e territoriais de Educação Ambiental na sua rica e complexa diversidade no Estado, inclui-se nessa diversidade territorial a Educação Ambiental na gestão das unidades de conservação e zona de amortecimento (BAHIA, 2013).

Neste contexto, a política de Educação Ambiental da Bahia parece não ter sido efetivada nas comunidades inseridas na zona de amortecimento do PESP, pois as informações dadas pelos moradores não contemplam a concretização das estratégias para EA na Gestão das Unidades de Conservação no que envolve comunidades segundo a PEA-BA (p.75 e 76).

Aliado as percepções de conservação, principalmente das águas, já diagnosticadas pelos moradores após 20 anos da existência da unidade de conservação, a efetivação da Educação Ambiental, em todos os moldes possíveis, envolvendo os moradores do entorno do PESP seria ferramenta

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:22-41, 2023.

fundamental para que se sintam como atores fundamentais da conservação da UC e de suas comunidades. Quando as comunidades são envolvidas em projetos como os citados no PM, valorizando suas histórias, seus conhecimentos, suas relações com o território, o sentimento de pertencimento, assim como, o desejo de preservar, aumentam (SANTOS; SILVA; QUARESMA, 2021).

Considerando a existência de associações nas três comunidades, tendo a organização comunitária através de associação como coletivo agregador de diversas ações que podem levar ao desenvolvimento rural sustentável (PIONTKEWICZ; SAMPAIO, 2021). Os entrevistados foram solicitados a sugerir ações que aproximassem os moradores da UC, além de, promover o desenvolvimento de aspectos ambientais nas comunidades.

Ante da importância de associações e da existência efetiva nas comunidades, os entrevistados foram solicitados a expressarem seus anseios de ações que poderiam ser realizadas a partir da parceria associação e equipe da UC (Tabela 1). Destacando ouvir as percepções dos moradores é fundamental para a construção de um projeto viável e aceitável por ela. A participação dos indivíduos deve ser estimulada para a construção de práticas eficientes na preservação do meio ambiente (SILVA, *et. al.* 2021).

Tabela 1: Ações que poderiam ser realizadas através da parceria associações e PESP.

Propostas	Nº de Citações	Percentual (%)
Atividades de Aventura com jovens das comunidades na UC	1	1,15%
Centro de Reabilitação animal	1	1,15%
Coleta Seletiva nas Comunidades	1	1,15%
Conscientização	9	10,34%
Fomentar a geração de renda nas comunidades	3	3,44%
Funcionários do Parque realizando orientações nas residências (modelo agente de saúde)	1	1,15%
Limpar Barragem do Parque	1	1,15%
Limpeza na cachoeira do Murici	3	3,44%
Manutenção de estradas que dão acesso a UC pela comunidade	5	5,74%
Não sabe	21	24,13%
Oficinas	9	10,34%
Orientações sobre características da fauna e flora local	1	1,15%
Orientar e acompanhar produção agroecológica	1	1,15%
Palestras	17	19,54%
Reflorestamento de margens de rios e riachos	9	10,34%
Reivindicar ações pelo poder público	1	1,15%
Reuniões constantes entre associação e Parque com comunidade para orientação	10	11,49%
Visitações ao Parque	16	18,39%
Total de Entrevistados	87	100%

Fonte: Janete Belitardo Coutinho, 2022.

As propostas/solicitações, em sua maioria, estão descritas nas estratégias de ações para aproximar as comunidades da UC pelo Plano de Manejo. Demonstrando que, uma UC simboliza muito mais do que uma porção do espaço que possibilita a preservação de um ecossistema, para além disso, é um espaço potencialmente educador quando se refere a vivência concreta sobre conservação, diversidade, e interação social e ecológica na perspectiva da sustentabilidade (COUTINHO *et. al.*, 2019). Diante das informações expressadas pelos moradores, a efetivação da fiscalização de crimes ambientais, contenção de incêndios, foram propostas efetivadas, as demais ainda necessitam ser implementadas ou revistas, a partir das visões dos moradores, no intuito da efetivação da aproximação comunidades x PESP.

Conclusões

É possível identificar nas percepções dos moradores seus sentimentos com relação a importância da preservação do PESP, principalmente, dos seus recursos hídricos, fundamental para a existência de suas comunidades. No entanto, a identificação da UC como seu lugar não se dá por todos, essa inferência está ligada a pouca existência de diálogos e atividades de aproximação comunidades e parque, um percentual considerável de moradores nem mesmo possui conhecimento sobre o que seria a zona de amortecimento, deixando claro a inexistência de esclarecimentos em linguagem acessível, com diálogos constantes, continuados (EA), sobre o que é e qual importância da unidade de conservação e sua zona de amortecimento, sobre estratégias de geração de renda e produção sustentável nessas comunidades.

Foi constatado execução da minoria das estratégias apontadas e traçadas pelo plano de manejo sobre sua zona de amortecimento e, ao mesmo tempo, ineficiência no uso de recursos disponíveis de gestão ambiental no estado da Bahia. Ao contrapor as percepções dos moradores com os objetivos e estratégias do Programa de Educação Ambiental da Bahia é possível perceber a não exequibilidade desse programa de maneira eficiente.

Aferindo as informações obtidas somadas a investimentos financeiros em gestão ambiental na Bahia é possível perceber que não se pode apontar falta de recursos financeiros como causa para a não aplicabilidade dos objetivos e estratégias ambientais citadas nos documentos supracitados, pois foi constatado a não aplicação de recursos financeiros disponíveis no estado.

Desse modo, é visível a necessidade de melhor planejamento dos recursos dos órgãos ambientais, aplicação das estratégias já disponíveis nos documentos existentes, elaborados pelos órgãos ambientais competentes. A sensibilização sobre o que é uma UC, sua importância e a parceria de modo efetivo com as comunidades contribuem com sua subsistência.

Referências

- ALVES, J. B. BRITO, S. A. de A. Estação Ecológica do Seridó e sua zona de amortecimento: relações com a comunidade. **Boletim de Geografia**. v. 38, n. 3, p. 76-93, Maringá – PR, 2021.
- ASSIS, P. C. FARIA, K. M. S. de; BAYER, M. Unidades de Conservação e sua efetividade na proteção dos recursos hídricos na Bacia do Rio Araguaia. **Sociedade & Natureza**. v.34, n. 1, Uberlândia - MG, 2022.
- BAHIA, Secretaria do Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia: PEABA** / Secretaria do Meio Ambiente. – Salvador: EGBA, 2013.
- BAHIA. Governo do Estado, Secretaria da Fazenda - SEFAZ. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado – Exercício 2020**. Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, p. 160, 2021.
- BAHIA, Governo do Estado, Secretaria da Fazenda – SEFAZ. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado – Exercício 2015**. Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, p. 71, 2016.
- BARROS, L. S. C. LEUZINGER, M. D. Planos de Manejo: Panorama, **Desafios e Perspectivas. Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito/ UFRGS.**, v.13. n.2, p. 281 – 303, Porto Alegre – RS, 2018.
- BRASIL. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**; Brasília – DF, 2000.
- BENNETT, N. J; FRANCO, A. D; CALÓ, A; NETHERY, E; NICCOLINI, F; MILAZZO, M; GUIDETTI, P. Local support for conservation is linked to perceptions of good governance, social impacts and ecological effectiveness. **Conservation Letters**. v. 12: e12640; 2019.
- CAMARA, L. R. A; SILVA, D. D. S. da; SALES, L. L. N; SILVA, D. W. S; PINHEIRO, E. M. Qualidade de Vida e Percepção Ambiental dos Moradores de Comunidades Rurais em São Luís (MA). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 14, n. 1: p. 263-274, São Paulo - SP, 2019.
- CAMPELO JÚNIOR, M. V; VALVERDE, L. H. O; SILVA, L. E. da; SIQUEIRA, J. F. R. Unidades de conservação como espaços de diálogos para a Educação Ambiental crítica. **Revista Pantaneira**. v. 18, Mato Grosso do Sul, 2020.
- CAVALCANTI, E. R. ; COUTINHO, S. F. S. ; FERREIRA, L. F. ; SILVA, R. L. C. Unidades de Conservação Federais da Caatinga: o papel da Educação Ambiental para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030). **Anais do II CONIDIS – Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido**. Recife, 2017.
- COSTA, N. N. SILVEIRA JÚNIOR, A. M. da. Percepção Ambiental de Comunitários da Área de Proteção Ambiental (Apa) do Rio Curiaú, Amapá, Amazônia, Brasil: Instrumento De Conservação e Gestão. **Geoambiente On-Line**. n. 40. Jataí-GO, 2021.

FARIAS, E. da S. BRITO, J. M. S. de; QUINELATO, R. V. ALVES, L. P. Instalação e operação de parques eólicos: impactos negativos para o meio ambiente e sociedade. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 62189-62201, Curitiba - PR, 2020.

INEMA. **Parques Estaduais**. Salvador – Bahia, 2022. Disponível em <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/parque-estadual/parque-estadual-das-sete-passagens/>>. Acesso em 06 maio 2022.

MEDEIROS, N. C. G. de; ALVES, J.B; SALES, F. das C. V; MONTEIRO, M. M; NERY, J. G. F; MARTINS, K. B. da S; SOUSA, S. M. da S; COSTA, A. A da; MORAIS, G. V de. Evaluation of the efficiency of the management plan for the zone of damping. **Research, Society and Development**. v. 10, n.14, e133101421775, Paraíba – PB, 2021.

MOREIRA, L. L. MAIA, A. C. R. A Educação Ambiental no Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. **Rev. Sítio Novo Palmas**, v. 4, n. 1 p. 217-231, Palmas – TO, 2020.

NHAGA, T. CAMAROTTI, M. de F; CORREIA, M. L. D. Subsídios para Implantação da Educação Ambiental no Parque Nacional de Sete Cidades (Pi) por meio da Percepção dos Moradores de uma Comunidade do Entorno. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.16, n.1:527-547, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, C. D. L. de; SILVA, A. P. A. da; MOURA, P. A. G. de. **Distribuição e Importância das Unidades de Conservação no Domínio Caatinga. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**. V. 42, n.1, Rio de Janeiro, 2019.

PIONTKEWICZ, S. C. SAMPAIO, C. A. C. Ações Socioambientais Desenvolvidas por uma Associação Comunitária Rural. **Anais do X Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em perspectiva**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo, Freevale, 2013.

SANTOS, P. R. dos; SANTANA, V. V. de; SANTOS, M. C. V. dos; LOPES, V. dos S. Breve análise da importância dos órgãos executores da política ambiental brasileira frente aos agravos ambientais em unidades de conservação. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**: vol.7, nº 15, p. 211-223. 2020.

SANTOS, M. A. P. dos. A Percepção Ambiental como Ferramenta Estratégica de Gestão em Unidades de Conservação. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. vol. 8, nº 13. Niterói, RJ, 2020.

Revbea, São Paulo, V. 8, Nº 7:22-41, 2023.

SANTOS, Y. A. dos; SILVA, R. S. da; QUARESMA, A. P. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em unidades de conservação da Região Metropolitana de Belém - Pará: o caso do Projeto Agrovárzea. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.7, p.67486-67503, Curitiba – PR, 2021.

SILVA, E. F. da; CARMO, D. de F. do; VEZZONE, M. ANJOS, R. M. dos; MACHADO, L. N. L. CORREIO, A. B. de L. S; NOGUEIRA, I. P. R. A; PECLY, L. N. Análise da Percepção Ambiental dos Moradores do Entorno das Lagoas de Piratininga e Itaipu, Niterói (RJ). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, vol. 16, Nº 2:446-469, São Paulo, 2021.

UFBA – Universidade Federal da Bahia. **Plano de Manejo do Parque Estadual das Sete Passagens**. Vol. 1. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi- Fu. **Topofilia**: um estudo de percepção atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, Difel, 1980.

XAVIER, L. A. da C. NAVONI, J. A. OLIVEIRA, R. da C. D.AMARAL, V. S. do. Análise da percepção do risco de uma população do semiárido brasileiro exposta a tóxicos ambientais. **Anais CONADIS – Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido Campina Grande**: Realize Editora, 2018.

YOSHIDA, C. Y. M. PENNA, M. C. V. M. A Importância das Comunidades Tradicionais para a Proteção e Preservação do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico-Cultural. **Revista DIREITO UFMS**. vol. 7. n. 1. p. 71 – 91, Campo Grande, MS, 2021.

ZANINI, A. M. SANTOS, A. R. do; MALICK, C. M. OLIVEIRA, J, A. de; ROCHA, M. B. Estudos de Percepção e Educação Ambiental: Um Enfoque Fenomenológico. **Ensaio - Pesquisa em Educação e Ciências**. Volume 23. Belo Horizonte, 2021.